

## **Cidadania, educação e saúde de mulheres privadas de liberdade: relato de experiência de um projeto de extensão sob a perspectiva da enfermagem**

### **Citizenship, education and health of women deprived of freedom: experience report of an extension project from the nursing perspective**

DOI:10.34117/bjdv8n4-369

Recebimento dos originais: 21/02/2022

Aceitação para publicação: 31/03/2022

#### **Bruna Maria de Almeida Cabral**

Jornalista e Graduanda em Enfermagem

Instituição: Centro Universitário Cesmac

Endereço: R. da Harmonia - Farol, CEP: 57081-350 - Maceió - AL

E-mail: bmacabral@gmail.com

#### **Uirassú Tupinambá Silva de Lima**

Doutorando em Educação pela Universidad Nacional de Rosario

Instituição: - Centro Universitário Cesmac

Endereço: R. da Harmonia - Farol, CEP: 57081-350 - Maceió - AL

E-mail: uirassulima@yahoo.com.br

#### **Keila Cristina Pereira do Nascimento Oliveira**

Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS- UERJ)

Instituição: Universidade Federal de Alagoas

Endereço: R. da Harmonia - Farol, CEP: 57081-350 - Maceió - AL

E-mail: keila.oliveira@eenf.ufal.br

### **RESUMO**

Introdução: Parte significativa da população carcerária vem das classes econômica e socialmente mais vulneráveis, com acesso limitado à educação, saúde e aos direitos sociais. Desse modo, as mulheres privadas de liberdade são negligenciadas pelo governo em termos de implementação de políticas públicas eficazes que contribuam para uma melhor qualidade de vida. Objetivo: Implementar ações socioeducativas sobre direitos sociais e de saúde que permitam a inclusão social das mulheres encarceradas em uma prisão feminina brasileira. Método: Relato de experiência de um projeto intervencionista e extensionista, baseado nos pressupostos teóricos de Dorothea Orem, realizado em uma prisão feminina localizada no nordeste brasileiro, com 20 mulheres, através de uma amostragem não probabilística e não aleatória, com atividades socioeducativas de orientação. Resultados: Foram desenvolvidas atividades de grupo focadas em educação e saúde com essas mulheres, em sua maioria apontadas como pardas, através de círculos de conversa sobre temáticas como Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), Saúde da Mulher, Lei Maria da Penha em uma troca de experiências, esclarecendo dúvidas e resgatando direitos e deveres esquecidos. Além disso, também foram realizadas consultas individuais por estudantes de Enfermagem, Direito e Psicologia com acompanhamento direto e supervisão dos profissionais responsáveis pelo serviço. Conclusão: O projeto desenvolvido acolheu uma população estereotipada e discriminada. E neste cenário, a Enfermagem, alinhada a multidisciplinaridade do projeto, atuou de um lado regida por seus princípios éticos e bioéticos de respeito a vida e a dignidade aos direitos humanos em todas as suas dimensões, sempre

buscando estabelecer uma relação de ajuda que contribuía para os mecanismos de reintegração social, assim como de resgate da auto-estima e da auto-imagem; por outro, na promoção e na prevenção em saúde dentro do sistema penitenciário feminino o que permitiu que a mulher encarcerada se visse como um sujeito capaz de retornar ao seio social do qual foi extraída.

**Palavras-chave:** educação em saúde, mulheres, equipe multidisciplinar, enfermagem, encarceramento.

## ABSTRACT

**Introduction:** A significant part of the prison population comes from the most economically and socially vulnerable classes, with limited access to education, health and social rights. Thus, women deprived of liberty are neglected by the government in terms of implementing effective public policies that contribute to a better quality of life. **Objective:** To implement socio-educational actions on social and health rights that allow the social inclusion of incarcerated women in a Brazilian women's prison. **Methods:** Experience report of an interventionist and extensionist project, based on the theoretical assumptions of Dorothea Orem, carried out in a women's prison located in northeastern Brazil, with 20 women, through a non-probabilistic and non-random sampling, with orientation socio-educational activities. **Results:** Group activities focused on education and health were developed with these women, most of them indicated as brown, through conversation circles on topics such as Sexually Transmitted Infections (STIs), Women's Health, Maria da Penha Law in an exchange of experiences, clarifying doubts and rescuing forgotten rights and duties. In addition, individual consultations were also carried out by Nursing, Law, and Psychology students with direct monitoring and supervision by the professionals responsible for the service. **Conclusion:** The project welcomed a stereotyped and discriminated population. In this scenario, Nursing, aligned with the multidisciplinary of the project, acted on one hand governed by its ethical and bioethical principles of respect for life and dignity and human rights in all its dimensions, always seeking to establish a relationship of help that contributed to the mechanisms of social reintegration, as well as the rescue of self-esteem and self-image; on the other hand, in the promotion and prevention of health within the female prison system, which allowed the incarcerated woman to see herself as a subject capable of returning to the social environment from which she was extracted.

**Keywords:** health education, women, multidisciplinary group, Nursing, incarceration.

## 1 INTRODUÇÃO

A pobreza é um dos fatores que impulsiona o envolvimento das mulheres nas chamadas atividades ilícitas que depois acarretam ao crime e, conseqüentemente, à prisão. A pobreza das mulheres não se limita ao Brasil. Cloutier (2016) aponta, em um estudo desenvolvido em 176 países, que as mulheres com até o ensino médio são forçadas a recorrer ao tráfico de drogas para conseguir pagar suas contas. O desemprego entre as mulheres é um fator significativo para o envolvimento em atividades ilegais. Apesar do aumento do nível de educação das mulheres aumentar suas chances de inclusão no mercado de trabalho, ao mesmo tempo elas também têm maiores oportunidades no submundo do crime, o que explicaria o aumento da criminalidade neste grupo populacional.

De acordo com relatório do Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro (INFOPEN, 2019), em 2017 as prisões brasileiras tinham a quarta maior população carcerária feminina do mundo, com aproximadamente 37.000 mulheres vivendo em unidades prisionais. Estes dados apontam que o encarceramento feminino é uma questão altamente relevante para análise no Brasil o que sugere, portanto, a realização de mais estudos acerca do assunto, para além de análises rasas desse fenômeno.

A história das prisões femininas no Brasil está enraizada num discurso moral e religioso. Inicialmente o cárcere da mulher era denominado como “reformatório especial” que enquadrava essas mulheres em crimes frequentemente relacionados à ‘prostituição, vadiagem e embriaguez’ sendo um ambiente onde as mulheres ‘criminosas’ eram isoladas para que fossem ‘purificadas’. O papel social da mulher era determinado através do imaginário de uma figura dócil, delicada e frágil o que sugere discriminação de gênero. A prisão feminina cumpria então a função de domesticar e vigiar a sexualidade dessas mulheres (BRASIL, 2008). A luta feminista nos anos 60 fomenta o debate relativo aos papéis históricos de gênero e com isso, acontecem mudanças nos estudos sobre a criminalidade feminina.

No início da década de 70, a posição da mulher frente ao direito penal ainda era desigual quando comparada a do homem. O aparato legal, construído sob a ótica masculina, reproduzia a lógica do modelo patriarcal, sendo assim incompatível com as especificidades femininas. As mudanças sociais desse período oportunizaram a discussão do tema introduzindo a questão de gênero ao debate. Incorporou-se o viés cultural, econômico e político, para além da visão apenas biológica, e isto possibilitou que a criminalização feminina fosse objeto de estudo na área da criminologia.

Tratados internacionais e a Constituição Cidadã, promulgada pós ditadura militar no Brasil, têm como objetivo assegurar a dignidade da pessoa humana sem distinção de cor, raça, gênero, religião ou opinião política, no entanto, a situação das mulheres encarceradas no país aponta claras violações a esses direitos e garantias fundamentais. Ao observar seus perfis, constata-se que a maioria é preta ou parda, já sofreu algum tipo de violência seja física, sexual e/ou psicológica, tem um baixo nível de educação e advém de uma família desestruturada (INFOPEN, 2019). Quando se trata de questões socioeconômicas, é de conhecimento público que o Brasil é um país desigual e esta situação se reflete na população que compõe o sistema prisional. Não sendo viável punir todos (as) aqueles (as) que cometem crimes, alguns destes são designados como prioridade associada a um perfil de pessoas a serem perseguidas e punidas (CORTINA, 2015).

Cortina (2015) ainda indica outro ponto que merece destaque pois trata-se da principal causa de prisão de mulheres no Brasil: o tráfico de drogas. Dados do Infopen (2019) indicam que este constitui um total de 59,9% dos casos. A isto se segue o crime de roubo, que responde por 12,90% das prisões efetuadas, e roubo, com 7,80% dos casos.

Apesar das tentativas de adaptar o espaço penitenciário para o gênero feminino através de padrões mínimos de condições para o tratamento adequado das prisioneiras, o Brasil está longe de atender às suas necessidades. As mulheres privadas de liberdade são abandonadas pelo Estado e por suas próprias famílias (QUEIROZ, 2015) e é possível ver a gravidade de sua situação no sistema penitenciário brasileiro.

Este artigo traz à luz a visão das ações desenvolvidas por uma equipe multidisciplinar sob a perspectiva de atuação da enfermagem em um projeto de alcance comunitário que teve como lema a valorização da dignidade humana, cidadania e educação para a saúde da mulher em uma prisão feminina localizada no nordeste do Brasil.

## 2 MÉTODO

Trata-se de um relato de experiência que descreve aspectos vivenciados pelos autores, na oportunidade em que participaram de um projeto de extensão universitária no sistema penitenciário feminino em uma prisão localizada na região nordeste do Brasil. E o enfoque metodológico utilizado neste projeto foi o qualitativo, do tipo pesquisa-ação, que abordou a problemática desenhada a partir de métodos descritivos e observacionais.

O relato de experiência é uma ferramenta da pesquisa descritiva que apresenta uma reflexão sobre uma ação ou um conjunto de ações que abordam uma situação vivenciada no âmbito profissional de interesse da comunidade científica. (MARINI *et al*, 2017)

O projeto de extensão comunitária “Cidadania, Educação e Saúde da Mulher Encarcerada: uma proposta de intervenção, amor e vida” surgiu em 2017, a partir da experiência de orientação de um trabalho de conclusão de curso de uma graduanda em Enfermagem onde foi analisado o vínculo entre o binômio mãe-bebê de mulheres encarceradas. Após essa experiência, percebendo a complexidade das relações sociais bem como a carência de atividades extensionistas nessa comunidade, a orientadora elaborou e submeteu o projeto no edital de extensão comunitária 2018-2019 do Centro Universitário Cesmac. A equipe multidisciplinar teve colaboração de discentes do curso de Enfermagem, Psicologia e Direito; a coordenação ficou sob a responsabilidade de dois docentes vinculados a Faculdade de Enfermagem do Centro Universitário Cesmac; e como colaboradora externa o projeto contou com o apoio da enfermeira da unidade prisional em questão. Com o intuito de incluir socialmente a mulher privada de

liberdade, o projeto surgiu com o foco de desenvolver ações socioeducativas baseadas em informações atualizadas e de cunho científico relacionadas ao direito social e à saúde da mulher. As solicitações referentes a execução das ações deste projeto estão protocoladas na Pró-reitoria de Extensão do Centro Universitário Cesmac (Nº Processo 201906656); A autorização para realização das ações no presídio feminino foi concedida pela Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social (Nº Processo E:34000.0000003285/2019).

O pressuposto teórico utilizado neste projeto de extensão foram os conceitos e postulados de Dorothea Orem, pois estes são de grande relevância para a construção do conhecimento no campo das bases teóricas e filosóficas da enfermagem, como forte norteador da prática da mesma, no que se refere às necessidades de autocuidado. Neste sentido, o autocuidado é entendido como um conjunto de ações que o indivíduo realiza por si mesmo para manter e/ou recuperar a qualidade de vida. É também a realização de práticas como educação em saúde, socialização, rodas de conversas, terapia de grupo, entre outras, que possibilitam perspectivas promissoras para a melhoria da saúde e bem-estar (LIMA, et al., 2017; DA SILVA, et al., 2021)

Utilizou-se das seguintes técnicas de coleta de dados para redação deste relato: trechos do projeto de extensão, diário de campo, entrevistas realizadas com os responsáveis pelos serviços, memórias da observação estruturada nas atividades de grupo/individual e roteiro de trabalho. Não foram utilizados dados pessoais da população alvo deste projeto.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A universidade é uma instituição social secular de caráter civilizatório que promove valores culturais, morais e intelectuais (NUNES, 2011) e está estabelecida no tripé ensino, pesquisa e extensão. As atividades de extensão podem ser vistas como uma forma que o corpo universitário tem de contribuir para a comunidade a qual está inserida, sendo uma via de mão dupla já que é possível trocar saberes: científico e popular.

A mudança de paradigmas no que tange a atuação no campo da saúde transfere a assistência do modelo biomédico para o biopsicossocial. Frente a questões complexas relacionadas ao contexto sociocultural e econômico há uma tendência em reconhecer a relevância de atuação de equipe multiprofissional. As categorias se apresentam interdependentes e complementares e desse modo, refinam a assistência prestada seja ao indivíduo, família ou coletividade (PEREIRA *et al*, 2013).

Desse modo, a extensão desenvolvida pela equipe multiprofissional - composta por docentes e discentes de diferentes áreas - desenvolveu um projeto de caráter intervencionista e

extensionista, no período de fevereiro de 2019 a janeiro de 2020, em uma unidade prisional feminina localizada na capital de um estado do nordeste brasileiro, com 20 mulheres, através de uma amostragem por conveniência, não probabilística e não aleatória, com atividades socioeducativas (atenção individualizada e grupal - exposição dialógica através de dinâmicas de integração, utilização de *banners* educativos, dinâmicas avaliativas e estratégias psicoterapêuticas em grupo de orientação fenomenológica existencial).



A elaboração do logotipo para ilustrar a identidade visual do Projeto "Cidadania, Educação e Saúde da mulher encarcerada: proposta de intervenção, amor e vida" contou com a parceria da arquiteta Flávia de Sousa Araújo, docente vinculada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas (FAU/UFAL) que partiu da ideia de construção de novas perspectivas de futuro por meio do fortalecimento da autoestima e de redes de apoio entre as mulheres. A mandala, que significa "círculo" em sânscrito, para além de ser uma forma artística refinada e abstrata aos olhos ocidentais não iniciados, serve como uma ferramenta de meditação para as culturas hindu e budista, cujos elementos constituintes na composição visual encorajam a ascensão a um plano espiritual superior. Ademais, a própria forma circular, remete

à roda da existência, níveis sucessivos e superiores de entendimento, o eu, o universo (GIBSON, 2012).

Na mandala do logotipo do Projeto, destaca-se o chacra do lótus, um círculo rodeado por pétalas, símbolo da criação cósmica, significa "ventre cósmico, a deusa mãe ou o poder criativo feminino" (ibidem). No centro deste símbolo de poder feminino, três figuras femininas representadas com diferentes fenótipos, expressam a diversidade e pluralidade das vidas e corpos que ali se encontram em reclusão, contudo, por meio do fortalecimento das redes de apoio, miram para frente, em direção a outras perspectivas de futuro. Por isso, são retratadas em postura ereta e cabeça erguida.

O início do projeto foi marcado por oficinas de formação para os membros da equipe, visitas técnicas à unidade prisional e colaboração na realização da 2ª Conferência Livre: Democracia - Saúde e Ubuntu. O cronograma das atividades subsequentes foi elaborado a partir dessas vivências.

O planejamento indicava ações com um público mais diversificado de detentas, porém devido a questões de segurança impostas pelo sistema penitenciário, a equipe do projeto teve que reajustar sua logística e assim foi designada a desenvolver as ações de grupo com as mulheres que trabalhavam na oficina de corte e costura do sistema prisional. Esta medida, no entanto, não foi um impedimento para o desenvolvimento do projeto; pelo contrário, permitiu que a equipe criasse vínculos e fortalecesse as relações de trabalho, encorajando estas mulheres a serem multiplicadoras das questões discutidas com as demais.

No primeiro encontro com o grupo de encarceradas a equipe multidisciplinar realizou uma dinâmica integrativa de apresentação pessoal. Após esse momento “quebra gelo”, a equipe lançou sugestões de temas a serem abordados nas áreas propostas, bem como se mostrou aberta às sugestões das mulheres que apontaram tópicos como doenças infecto contagiosas, uso de drogas, direitos da mulher, cidadania, solidão no cárcere, ansiedade, medo dentre outros. O cronograma das atividades em grupo seguiu os conteúdos sugeridos neste primeiro encontro sendo abordados posteriormente nas rodas de conversa, para que cada mulher pudesse falar dentro de sua visão do tema de forma subjetiva. Isto tornou natural que sentimentos, dores e ansiedades fossem expressos, entendidos como são. O objetivo da equipe multiprofissional era de promoção do processo de reflexão e comunicação entre as pessoas envolvidas partindo do pressuposto de que estas compartilham necessidades semelhantes. A equipe assumiu papel de condução e moderação dos círculos de conversa, esclarecendo as dúvidas que surgiam ao longo das trocas.

Antes de iniciar as rodas de conversa, as discentes de Enfermagem conduziam dinâmicas integrativas a fim de estabelecer conexões entre as participantes e a equipe facilitando a comunicação e interação. As atividades de terapia musical demonstraram sua efetividade e foram propostas pela discente de Psicologia. Todas as ações de grupalidade tomaram como marco teórico as orientações teóricas e práticas do trabalho com grupos de Osório (2000).

As atividades de assistência individual, as quais todos os envolvidos dentro de sua especialidade - Enfermagem, Direito e Psicologia - puderam estabelecer contato com as mulheres privadas de liberdade em um ambiente privado, investigando suas condições sociais e de saúde, esclarecendo dúvidas e proporcionando conhecimento, escuta e acolhimento.

As exigências que surgiram foram diversas e, à medida que expostas, a equipe do projeto fez ajustes oportunos para garantir que o trabalho fosse realizado satisfatoriamente para que, ao encerramento das atividades, houvesse um alto rendimento de produção e a certeza de que se tratou de um movimento muito rico em conhecimento e mutuamente satisfatório.

É notório que a população carcerária feminina cresceu consideravelmente nos últimos anos (FERNANDES, 2016) o que demonstra a urgência em se desenvolver projetos nessa área e para tal, a equipe utilizou como marco teórico a Fenomenologia-Existencial, que trabalha os fenômenos a partir da forma como eles se apresentam à consciência.

Durante o processo de execução do projeto, notou-se que as questões abordadas com as mulheres encarceradas foram processadas e transformadas por elas de algum modo, de tal forma que puderam ampliar a visão de suas experiências em relação à realidade de cada uma, apropriando-se desse conhecimento e tomando consciência, através de seu discurso, de que é possível ter uma transformação existencial que as levará a superar dificuldades e fortalecer sua visão de si mesmas e de sua forma de existir e pensar.

Heidegger (2015) defende que o fenômeno da angústia existencial humana é causado pelo que ele chamou de existência não autêntica, caracterizada pela destruição do "eu pessoal". Segundo ele, o ser humano é "jogado" no mundo e estabelece relações com este meio, constituído pelo ambiente natural e social historicamente situado, mas não sabe por que e para quê. Quando ele toma consciência da existência, ela já está lá, sem que ele a tenha pedido. Angerami-Camon (2015), acrescenta que com a mudança do campo de percepção, além da pessoa ver outras possibilidades, ela também pode redimensionar um novo entendimento e acreditar em si mesma, criando condições emocionais para alcançar mudanças em sua própria realidade.

Ainda em Angerami-Camon et al. (2015), é fácil ver a transformação que ocorre em uma pessoa individual quando ela começa a acreditar que é capaz de mudar sua própria realidade existencial. Ou seja, não podemos compreender uma pessoa como uma máquina desprovida de



sentimentos, como algo já planejado, monótono, acabado e que de tempos em tempos precisa de um ajuste para seu bom funcionamento.

O projeto permitiu trocar experiências entre os envolvidos refletindo sobre como a população encarcerada é vista pela sociedade, quanto trabalho resta a ser feito na busca de melhores relações e para chamar a atenção da sociedade para a existência desta população assim como para seus deveres e direitos. "Nós" não existe, mas consiste em "eu" e "você"; é uma fronteira em constante mudança onde duas pessoas se encontram. E quando há um encontro, então eu me transformo e você também se transforma (BUBER, 1991).

As etapas do projeto, destacando as rodas de conversa e a atenção individual, foram cumpridas de acordo com os objetivos do estudo. Quanto à primeira etapa, foram realizadas reuniões com a equipe multidisciplinar, treinamento dos membros do grupo (colaboradores, assessores/tutores e estudantes envolvidos), visitas técnicas ao presídio, colaboração em palestras sobre a saúde das mulheres privadas de liberdade e rodas de conversa.

No desenvolvimento desse projeto, destacaram-se algumas ações realizadas a saber: formação de equipes para exposições dialogadas, atendimento individual, atendimento em grupo com definição do papel de cada componente; atividades de educação em saúde; rodas de conversa; ações preventivas sobre as ISTs; práticas integrativas e psicoterapia de grupo; orientação sobre direitos sociais e cidadania.

A segunda fase do projeto consistiu em atendimento individualizado através de consultas individuais supervisionadas pelos respectivos responsáveis por cada serviço de enfermagem, psicologia e direito. O cuidado de Enfermagem foi fundamentado no conhecimento da profissão bem como nas ciências humanas, sociais e aplicadas sendo executado pelas profissionais seguindo a prática social de assistir, ensinar e educar (COFEN, 2017). Neste momento destacou-se o contato com a área assistencial, ocasião em que foi oportunizado a atuação na clínica.

Para a implementação desta fase, seguiu-se a rotina do serviço no qual, às segundas-feiras, os cuidados eram "de porta aberta" e, às quintas-feiras, eram coletadas amostras de citologia oncológica com a efetiva participação das estudantes de enfermagem extensionistas do projeto, através de um cronograma de revezamento.

Para assistência na clínica as estudantes de enfermagem praticaram seu atendimento seguindo a metodologia da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE). Esse instrumento científico foi descrito na resolução COFEN nº 358/2009 e serve para normatizar os processos e condutas de enfermagem. A rotina do serviço orientava também a realização de testes rápidos para HIV, sífilis e hepatites B e C. Observou-se que este momento exige um olhar

diferenciado, pois trata-se do primeiro contato entre a equipe de saúde e a mulher que acaba de adentrar ao sistema, sendo esta uma grande oportunidade de criar um elo.

A citologia oncótica era agendada com antecedência e ocorria às quintas-feiras. Foi observado que, como há uma redução na pena para cada dia de trabalho, algumas mulheres que trabalhavam na fábrica do presídio hesitavam em ir à clínica.

As consultas realizadas no período do projeto foram permeadas com o que preconizam as diretrizes da Política Nacional de Humanização (BRASIL, 2010) do Sistema Único de Saúde (SUS), utilizando-se, por exemplo, tecnologias leves como o toque e a escuta qualificada (SOUZA, 2020). Um dos aspectos que chamou atenção foi o fato de que a assistência, em alguns momentos, era realizada sem privacidade para as mulheres encarceradas, pois a porta do consultório permanecia obrigatoriamente aberta durante todo o atendimento, bem como a ausência de *feedback* sobre os resultados dos testes rápidos às mulheres. Durante a citologia oncótica, as discentes aproveitavam o momento para realizar também o exame físico das mamas com cuidado humanizado e investigação da história sexual pregressa.

Os achados encontrados durante o período de realização do projeto ampliaram a compreensão acerca dos problemas que as mulheres enfrentam no seu dia a dia, o que sugere a necessidade de articulação entre setores e ministérios a fim de obter resolutividade às questões desta população. Os serviços de saúde que atuam junto a esta parcela de pessoas vulneráveis podem apropriar-se desta experiência para realizar também treinamentos que desestigmatizem a mulher privada de liberdade seja no período do encarceramento, seja quando saírem do sistema.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a Constituição Federal afirme que a dignidade da pessoa humana constitui um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (BRASIL, 1988), muito ainda se tem a avançar em relação a implementação de políticas públicas focadas nesse grupo de vulnerabilidade social.

Observar o fenômeno de perto, a partir da participação em um projeto de extensão comunitária, foi uma oportunidade relevante de aprendizado afetivo-emocional acerca da prática ética e responsável do exercício profissional no contexto da enfermagem.

Esse projeto de extensão demonstrou também a relevância que o trabalho em equipe oferece tanto para o profissional em formação quanto para o público assistido. Assim sendo, espera-se que o saber produzido pelo projeto possa contribuir para o melhor entendimento da realidade dessa população e que potencialize as ações e políticas de saúde pública para esta população vulnerável. As atividades realizadas ao longo dessa experiência extensionista

oportunizaram aprendizado positivo, dinâmico e democrático, pois o sentido de contribuir para a emancipação, auto-estima e preservação da dignidade da mulher privada de liberdade foi alcançado. Além de que, o projeto resultou em um encontro de duas realidades totalmente diferentes, o que levou a uma mudança de perspectiva e pontos de vista sobre esta parte negligenciada e esquecida da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto. **Psicoterapia Fenomenológico-Existencial**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Grupo de trabalho interministerial: reorganização e reformulação do sistema prisional feminino, 2008. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008b. 196 p. Disponível em: [http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/RELATORIO\\_FINAL\\_-\\_vers%C3%A3o\\_97-20031.pdf](http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/RELATORIO_FINAL_-_vers%C3%A3o_97-20031.pdf).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Acolhimento nas práticas de produção de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – 2. ed. 5. reimp. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento\\_praticas\\_producao\\_saude.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_praticas_producao_saude.pdf)

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. **Relatório temático sobre as mulheres privadas de liberdade**, considerando os dados do produto 01, 02, 03 e 04/ organização, Marcos Vinícius Moura Silva – Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública Departamento Penitenciário Nacional, 2019. Disponível em: [http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopenmulheres/copy\\_of\\_Infopenmulheresjunho2017.pdf](http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopenmulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf)

BUBER, Martin. **Yo y Tú y otros ensayos**. Ciudad de México, Librería Prometeo. Traducción español, 1991.

CLOUTIER, Gretchen. Latin America's Female Prisoner Problem: How the War on Drugs, Feminization of Poverty, and Female Liberation Contribute to Mass Incarceration of Women. *Clocks and Clouds*. Vol. 7, n° 1, 2016. Disponível em: <http://www.inquiriesjournal.com/articles/1563/2/latin-americas-female-prisoner-problem-how-the-war-on-drugs-feminization-of-poverty-and-female-liberation-contribute-to-mass-incarceration-of-women>

COFEN. Resolução N° 564/2017. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017\\_59145.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html)

CORTINA, MOC. **Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista**. *Rev Estud Fem* [Internet]. 2015 [citado 13 Jun 2018]; 23 (3): 761-78. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v23n3/0104-026X-ref-23-03-00761.pdf>

DA SILVA, K. P. S; et al. **Autocuidado à luz da teoria de Dorothea Orem: panorama da produção científica brasileira**. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.4, pág.34043-34060 abril 2021. Disponível: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/27562/21806>

FERNANDES, Waleiska. **População carcerária feminina aumentou 567% em 15 anos no Brasil.** Jusbrasil, 2016. Disponível em: <https://cnj.jusbrasil.com.br/noticias/252411149/populacao-carceraria-feminina-aumentou-567-em-15-anos-no-brasil>

GIBSON, Clare. **Como compreender símbolos: Guia rápido sobre simbologia nas artes.** São Paulo: Senac, 2012. p. 140-141.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo.** 15 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015. 600p.

LIMA, G. K. S; et al. **Autocuidado de adolescentes no período puerperal:** aplicação da teoria de Orem. Revista de Enfermagem UFPE on line, [S.l.], v. 11, n. 10, p. 4217-4225, set. 2017. ISSN 1981-8963. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/231185>. Acesso em: 27 nov. 2020. <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v11i10a231185p4217-4225-2017>.

Marini ZM, Arrieira I, Jacotec C. **Relato de experiência da equipe odontológica em atenção domiciliar em um hospital-escola na cidade de Pelotas, RS, Brasil.** RFO UPF. 2017;22(2):158-61.

NUNES, ALPF.; SILVA, MBC. **A extensão universitária no ensino superior e a sociedade.** Mal-Estar e Sociedade - Ano IV - n. 7 - Barbacena - julho/dezembro 2011 - p. 119-133 Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/gtic-malestar/article/view/60/89>

OSÓRIO, L. C. **Grupos:** teorias e práticas. Porto Alegre: Artmed, 2000. 244p.

PEREIRA, R.C.A.; RIVERA, F.J.U.; ARTMANN, E. **O trabalho multiprofissional na Estratégia Saúde da Família: estudo sobre modalidades de equipes.** Interface (Botucatu), v.17, n.45, p.327-40, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/icse/2013.v17n45/327-340/pt>

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam** [recurso eletrônico] / Nana Queiroz. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2015. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/Presos%20Que%20Menstruam%20-%20Nana%20Queiroz.pdf>

SOUZA, JWR; et al; Tecnologias leves na atenção básica: discurso dos enfermeiros. Revista Saúde & Ciência online, v. 9, n.3, (setembro a dezembro de 2020). p.18-28. Disponível em: <https://rsc.revistas.ufcg.edu.br/index.php/rsc/article/view/460/414>